

522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 23 de janeiro de 2025, às 9h, na Casa dos Conselhos, situada na Av. Oliveira Lima, 813, Soledade, Recife/PE, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma presencial, considerando ser a 522ª. Presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cláudio Brandão de Oliveira; Francisco Sidney Rocha de Oliveira; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Luiz Otávio de Melo Cavalcante; Maria Betânia Corrêa de Araújo; Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira; Maria Teresa Caminha do Duere; Renata Duarte Borba.** Conselheiros (as) Suplentes: **Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza; Edmilson Cordeiro dos Santos; Henrique Luiz de Lucena Moura; Juliana Santa Cruz Souza; Mickael de Azevedo Barbosa; Rinaldo Carvalho Barbosa.** 01. **INFORMES. PAUTA:** 01 – MPPE como órgão de controle e o Projeto Fortalecer Cultural - Procurador Marco Aurélio Farias da Silva; 02 - Legislação Patrimônio Cultural (Material/ Imaterial/ RPV); 03 – Atuação CEPPC e articulação com os demais Conselhos e instâncias de Preservação nos Municípios de Pernambuco. **Cacau de Paula** iniciou a reunião 522 do CEPPC às 9h, dando as boas-vindas aos participantes. Na ocasião, recebeu o procurador Marco Aurélio Farias da Silva, que foi convidado para abordar o papel do Ministério Público como órgão de controle e apresentar o projeto Fortalecer Cultural. **Marco Aurélio Farias** saudou a Secretária **Cacau de Paula**, a conselheira **Ana** e os demais integrantes da mesa, além de expressar sua satisfação em estar presente. Ele destacou que, no passado, o Ministério Público atuava com foco na investigação, mas que, atualmente, priorizava o diálogo. Ressaltou a importância da colaboração entre a sociedade civil e os órgãos públicos, promovendo uma fiscalização conjunta para abordar problemas de forma mais eficiente. Ele mencionou que essa mudança de abordagem começou em 2008, quando trabalhou com políticas públicas para idosos, superando a falta de recursos ao vencer um prêmio de R\$ 200.000,00, o que permitiu o desenvolvimento do projeto. Argumentou que estabelecer diálogos qualificava as denúncias, tornando a atuação do Ministério Público mais eficaz. Além disso, enfatizou a necessidade de envolvimento do Executivo e do Legislativo na construção das políticas públicas. Em abril do ano anterior, durante suas férias, ele viajou a Minas Gerais para estudar a política cultural local. No entanto, recebeu um pedido do procurador-geral para auxiliar no Núcleo de Preservação Cultural. Durante a visita à Promotoria de Justiça de Ouro Preto, percebeu a importância de um projeto estruturado para incentivar os municípios a desenvolverem suas políticas de preservação. Ao retornar, propôs à Secretária de Cultura um trabalho conjunto nesse sentido, surgindo então a iniciativa "Fortalecer Cultural". Ele recordou que, ao assumir oficialmente a função, foi procurado por instituições federais interessadas na iniciativa. Em uma reunião inicial, discutiu a identidade visual e o nome do projeto, contando com a presença de representantes da Secretaria Executiva de Cultura, do Conselho, a Fundarpe e outras entidades. Relatou que, frequentemente, devolvia relatórios à Corregedoria, pois acreditava na necessidade de adequações para um melhor acompanhamento das fiscalizações. O projeto "Fortalecer Cultural" incluiu a realização de seminários, cuja organização contou com a participação da Fundarpe, do Conselho e

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]


522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

de outros parceiros. O Dr. Marcos Paulo foi um dos principais nomes indicados para colaborar, e sua agenda foi ajustada para atender Pernambuco. O objetivo dos seminários era envolver não apenas representantes municipais, mas também regionais, permitindo trocas de experiências e a construção coletiva do conhecimento. Ele explicou que a intenção do projeto não era determinar ações aos municípios, pois estes já sabiam o que fazer, mas sim oferecer suporte e fomentar políticas públicas eficazes. Ressaltou que, ao envolver o Ministério da Cultura, foi possível monitorar o funcionamento dos conselhos municipais ao longo do tempo. Argumentou que cada região possuía suas peculiaridades, e que a interação com os palestrantes enriquecia o debate. Desde 2008, sua equipe buscava não apenas atuar junto às instituições públicas, mas também incluir a população, principalmente por meio dos movimentos sociais. Ele destacou que esses movimentos tinham um profundo conhecimento sobre cultura, e que a interação com a academia também era essencial. Citou a importância de incluir departamentos de história no projeto, após um questionamento do Conselheiro Harlan Gadêlha, e relatou esforços para aproximar essas áreas. Ele exemplificou o conhecimento popular mencionando um líder quilombola do Agreste Meridional, cujas experiências e vivências poderiam contribuir significativamente para o entendimento das questões culturais. Explicou que a iniciativa não excluía nenhuma instituição e que algumas entidades federais já estavam dispostas a colaborar, inclusive adquirindo um veículo para acompanhar o projeto. Por fim, destacou que o Ministério Público poderia simplesmente esperar denúncias, como fazia no passado, mas que a nova abordagem visava dialogar e esclarecer dúvidas antes de agir. Ele mencionou um caso recente em que, após revisar um processo com calma, percebeu a necessidade de mudança de parecer, demonstrando que o trabalho coletivo e a reflexão eram fundamentais para decisões mais assertivas. Ressaltou a importância da colaboração entre diversas instituições e mencionou experiências anteriores com o Conselho Estadual de Saúde, que resultaram em parcerias bem-sucedidas. Concluiu afirmando que o objetivo era não apenas realizar seminários, mas também se colocar à disposição para auxiliar gestores e conselheiros na construção de políticas públicas eficazes. **Renata Borba** informou que, além de Castainho, a comunidade de Timbó também recebeu investimentos do Governo do Estado. No ano anterior, foi realizada a restauração de uma escola na região, um processo que exigiu licitações tanto para a terceirização da mão de obra quanto para serviços imateriais. Profissionais locais foram contratados, e a capacitação ocorreu semanalmente, sob a supervisão de Carneiro. As mulheres da comunidade participaram do tratamento da madeira utilizada na cobertura, o que resultou em uma obra bem-sucedida. A igreja recebeu melhorias, incluindo acessibilidade e um muro de contenção, o que trouxe grande satisfação para os moradores. A iniciativa atendeu a uma demanda antiga da comunidade, acompanhada pelo Ministério Público, garantindo que, após anos de espera, o estado finalmente chegasse à região. **Ana Barbosa** explicou que havia sido construída parceria no projeto, fortalecendo a cultura e aproximando-se das cidades, dos fazedores de cultura e das comunidades. O enfoque deixaria de ser apenas fiscalizador e passara a incluir a colaboração na preservação do patrimônio e da cultura. Planejava alcançar todo o estado por meio de encontros regionalizados, possivelmente divididos em cinco etapas até dezembro. A programação permitiria a participação do Conselho e

B/ A BGD H ntz 8 2 AC

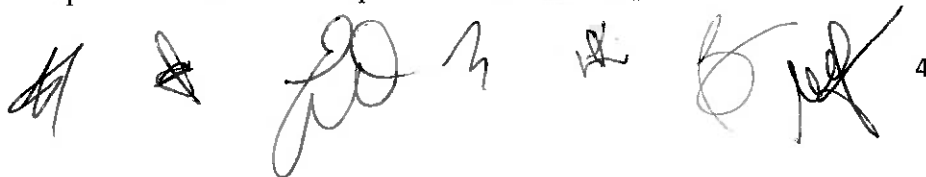
522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

da sociedade civil por meio de um rodízio flexível, ajustando-se conforme a localidade e a afinidade com o tema. A mobilização seria organizada à medida que cada encontro se aproximasse, contando com o apoio de instituições como universidades e o Ministério Público. O formato dos encontros não seria fixo, mas adaptado a cada realidade e localidade, conforme pactuado anteriormente. **Sidney Rocha** cumprimentou os presentes e explicou que o Arquivo Público se baseava na Lei Nacional de Arquivos, no Sistema Nacional de Arquivos e na Lei de Acesso à Informação. Nos últimos quatro meses, o trabalho havia sido conduzido com rigor em conformidade com essas normas. Mencionou a tentativa de implementação do sistema a partir de Paulista, além dos esforços para revitalizar o arquivo em Goiana e em outras cidades, buscando garantir a preservação e a acessibilidade dos documentos. **Ana Barbosa** comentou sobre a atuação do Conselho e sua articulação com outros conselhos em instâncias de preservação nos municípios de Pernambuco, conforme previsto em suas atribuições. Destacou a parceria com o Ministério Público como um fator facilitador para a concretização desse trabalho. Mencionou que 2025 seria um ano produtivo, especialmente na consolidação da formação dos conselhos municipais. **Cacau de Paula** agradeceu a Dr. Marco Aurélio e afirmou que o Conselho estaria à disposição para colaborar. Mencionou que analisariam o plano de trabalho e o calendário para se engajar nas ações. Reforçou a importância da iniciativa, alinhando-a à atuação do Conselho. **Ana Barbosa** informou que a sugestão de Juliana para criar um drive com a legislação foi acatada e o material foi divulgado e estava disponível para consulta. Ela incentivou os membros a revisarem o conteúdo e trazerem comentários ou pontos de desconforto. Em relação ao projeto do Ministério Público, explicou que, no ano anterior, ocorreram encontros mensais para apresentação da ideia, escolha da logo e definição do cronograma, que incluiu cinco encontros. A realização da próxima reunião dependia da agenda do Procurador de Minas Gerais. A definição dos locais dos encontros ainda estava pendente, com sugestões da Fundarpe, mas a disponibilidade dos espaços precisava ser confirmada. Ana destacou também que as instituições locais ajudariam na mobilização da sociedade para participar, enquanto o Ministério Público ficaria responsável pela organização com as prefeituras e outras instituições públicas. Ela explicou que o projeto visava reunir o Ministério Público e outras instituições relacionadas ao tema cultural, como prefeituras, equipes de cultura e conselhos municipais, quando existentes. O objetivo era promover explanações e dinâmicas para esclarecer como funcionam as políticas públicas culturais e a preservação do patrimônio. O intuito era proporcionar visibilidade às ações em nível estadual, federal e local, garantindo que os participantes, especialmente de fora da capital, entendessem como as políticas funcionam e como poderiam aplicá-las em seus municípios. A proposta era orientar as equipes locais, para que não ficassem dependentes apenas do estado, mas tivessem autonomia para implementar as ações culturalmente relevantes. **Cacau de Paula** destacou que a proposta estava alinhada com o momento atual, pois, para os próximos editais, o Ministério da Cultura exigiria que os municípios tivessem o C.P.F. (Conselho, Plano e Fundo da cultura). Complementou que a ideia coincidiu com o momento de estruturação da cultura, especialmente com a implementação do Sistema Nacional de Cultura, considerando que foi uma iniciativa oportuna. **Harlan Gadêlha** esclareceu que o Conselho não assinou o termo de convênio



522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

no mandato anterior, mas recebeu a proposta. Ele explicou que o Ministério Público criou, há cinco anos, o Núcleo de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Pernambuco, o qual tem o dever legal de acompanhar. O projeto busca envolver instituições para dar suporte ao Ministério Público na implementação de políticas públicas que o estado ainda necessita, tanto em nível municipal quanto estadual. **Ana Barbosa** informou que, na gestão passada, a proposta do termo de cooperação foi discutida e encaminhada para o jurídico. Igor (Casa dos Conselhos), comunicou que o jurídico da Fundarpe já havia dado um retorno para a Casa dos Conselhos. Ana sugeriu incluir o tema em uma pauta futura, dentro de uma ou duas reuniões, para discussão e validação do termo. Explicou que a base do documento era a mesma utilizada pelo Ministério Público no projeto "Fortalecer Cultura", com alguns ajustes e a inclusão de novos parceiros. Destacou que o objetivo da parceria permanecia a difusão da cultura e sugeriu que o termo fosse disponibilizado no drive para consulta antes da próxima reunião. **Cacau de Paula** definiu como encaminhamento do ponto dois a inclusão do decreto do RPV e do termo de convênio com o Ministério Público. Em seguida, sugeriu avançar para o ponto três da pauta, que tratava da atuação do Conselho e da articulação com os demais conselhos e instâncias de preservação nos municípios de Pernambuco. **Ana Barbosa** reforçou que uma das atribuições do Conselho era o fomento aos conselhos municipais. No encontro anterior, destacou-se a importância de informar os grupos de trabalho sobre suas responsabilidades, e esse conteúdo já havia sido compartilhado. Ela explicou que a participação nos grupos não era excludente, mas permitia um olhar mais direcionado para temas de maior afinidade e interesse. Como exemplo, mencionou a preocupação do conselheiro Elinildo com o status dos processos em tramitação na Fundarpe, indicando que esse assunto seria acompanhado por um grupo de trabalho específico. **Cláudio Brandão** sugeriu incluir, no item sobre monitoramento dos bens culturais acautelados, os patrimônios imateriais em risco de extinção. Justificou a proposta com base na política da Unesco, que recentemente aprovou, em caráter de urgência, a proteção de um bem material da humanidade nessa condição. Destacou que a cultura popular enfrentava a defasagem de diversos segmentos, citando o cavalo marinho, com apenas três grupos conhecidos, e o reisado, que possuía poucas manifestações no estado. Mencionou especificamente o Reisado Imperial, na Bomba do Hemetério, como o único identificado na capital. Por fim, enfatizou a necessidade de um monitoramento específico para esses bens culturais ameaçados. **Ana Barbosa** sugeriu definir a abrangência de atuação do grupo para que seu nome refletisse melhor seu direcionamento. Indicou que a primeira ata já deveria registrar essa prioridade, destacando a similaridade entre as atribuições existentes. Ressaltou que, apesar de a legislação não prever uma atribuição específica, o grupo constantemente propunha revisões e ajustes, encaminhando soluções e trazendo propostas. Além disso, mencionou a educação patrimonial como um tema relevante, embora não estivesse formalmente listado nas atribuições, destacando que a preocupação com essa questão vinha sendo mantida ao longo das gestões anteriores. **Harlan Gadêlha** explicou que as denominações e a criação dos oito grupos de trabalho foram estabelecidas pelo mandato anterior, sem previsão específica no regimento quanto a nomes ou quantidade. Destacou que o atual mandato poderia reestruturar os

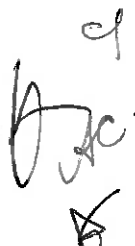




9
AC.




522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

grupos, ajustando suas denominações e quantidades conforme necessário. Ressaltou que cada grupo deveria contar com três membros, sendo um deles indicado como relator pelo presidente do Conselho. Por fim, enfatizou que a principal questão era avaliar se os grupos de trabalho criados anteriormente atendiam às necessidades do Conselho atual. **Renata Borba** destacou como uma grande vitória para a cultura de Pernambuco o aumento do valor destinado ao Funcultura. Explicou que a legislação exige um investimento anual de 32 milhões de reais na cultura e que, por meio de um intenso trabalho da equipe do Funcultura, foi possível liberar recursos anteriormente bloqueados devido a problemas de prestação de contas e ações não executadas. Com a aprovação na comissão deliberativa, foi possível reinvestir 7 milhões de reais, elevando o total para 39 milhões, um aumento de quase 22%. Ela ressaltou que uma demanda recorrente nas escutas do Conselho de Preservação foi atendida, resultando na criação, pela primeira vez, de um edital específico para o patrimônio material e imaterial de Pernambuco. Esse edital contemplava ações como intervenções, restauração de bens integrados, acervos documentais e museológicos, além de projetos de formação e capacitação. O teto de financiamento para restauração, anteriormente fixado em 250 mil reais, foi ampliado para 1 milhão, possibilitando obras mais significativas. Renata mencionou diversas ações do governo estadual na área de preservação, como a restauração em andamento em Timbó, a requalificação do Cine São Luiz, o Cine Guarany e o Mosteiro de São Bento. Informou também que licitações estavam sendo preparadas para restaurar dois fortes em Fernando de Noronha, reforçando a valorização do arquipélago como destino cultural. Destacou ainda a importância da sociedade civil na preservação do patrimônio, reconhecendo os altos custos dos projetos e a necessidade de ampliar a participação da população nas ações de salvaguarda cultural em Pernambuco. **Mickael Azevedo** questionou Renata sobre a perspectiva quantitativa de inscrições no primeiro edital. Justificou sua pergunta lembrando que, anteriormente, as inscrições eram gerais, com a área de música representando mais de 50% das submissões. Explicou que, após a separação dos editais para música, geral e audiovisual, a categoria de patrimônio, sendo uma pequena porcentagem, poderia enfrentar dificuldades. Reconheceu que a criação de um edital específico para patrimônio foi uma medida justa e positiva, mas demonstrou preocupação com o volume de inscrições, ressaltando que, caso o número fosse baixo, a continuidade do edital poderia ser comprometida. **Renata Borba** destacou a importância de um alto número de inscrições para justificar a ampliação e permanência do edital de patrimônio. Reforçou a necessidade de divulgação e fortalecimento da iniciativa, ressaltando que a governadora deu total respaldo, mas que cabe à equipe articular a expansão do edital. Explicou que diversos editais foram lançados devido a obrigações do governo federal, como a Lei Paulo Gustavo, e que, apesar das reclamações sobre prazos curtos, as inscrições do Funcultura só iniciariam em abril, proporcionando tempo suficiente para planejamento e elaboração de projetos de qualidade. Renata também mencionou que, anteriormente, o patrimônio correspondia a cerca de 8,3% do valor total dentro do edital geral. Com a criação do edital específico, além desse percentual, foi realocado mais 1% do orçamento que antes era destinado ao custeio operacional do Funcultura. Ressaltou que essa foi a única linguagem que teve um aumento percentual dentro do orçamento total do Funcultura. Explicou que, embora



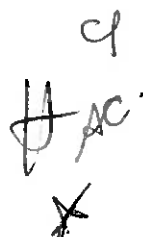
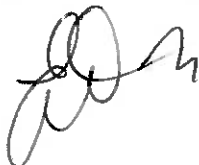
522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

se reconheça a necessidade de ampliar ainda mais esse percentual, qualquer alteração exigiria um debate com as demais áreas culturais. Por fim, destacou que todas as linguagens tiveram um aumento proporcional, enquanto o patrimônio cresceu um pouco mais devido às mudanças realizadas. **Maria Elizabeth Santiago** propôs uma moção na reunião anterior, destacando a importância da comunicação, especialmente em relação ao patrimônio cultural de Pernambuco. Ela apontou que a falta de comunicação e visibilidade dificultava o reconhecimento e valorização dos patrimônios vivos no estado, mencionando que, muitas vezes, o Conselho e a população não sabem da existência desses patrimônios. Ela sugeriu que a gestão atual pudesse fazer a diferença, aumentando a visibilidade dos patrimônios vivos, especialmente no contexto do carnaval, que atrai milhões de turistas. Maria Elizabeth criticou a falta de protagonismo dos patrimônios vivos durante o carnaval, mencionando sua própria experiência como patrimônio vivo desde 2021, e a dificuldade de ser incluída nas festividades. Ela também comparou a situação de Pernambuco com outras regiões, como Salvador, onde mestres de cultura são reconhecidos em grandes eventos. Para ela, a visibilidade dos patrimônios deve ir além do âmbito institucional, sendo necessária uma projeção mais ampla, como o uso de tecnologias para exibir a história desses patrimônios em locais públicos, como prédios de órgãos como o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. **Renata Borba** destacou os avanços realizados em 2023, como a projeção de eventos no ciclo natalino de Igarassu e a preparação para o carnaval de Olinda. Ela mencionou que, além dos patrimônios vivos, sempre buscou dar protagonismo à cultura popular, destacando os cortejos realizados no carnaval e no São João, que alcançou 15 municípios. Renata frisou que a ideia era expandir a presença cultural, com foco nas tradições do carnaval e da cultura popular. Ela explicou que as ações estavam sendo realizadas em parceria com a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural e a Diretoria de Ações Culturais da Fundarpe. Também destacou a entrada nas escolas com o orçamento da educação, chegando a 200 escolas no carnaval daquele ano. Renata ressaltou a dificuldade enfrentada para implementar essas ações, com resistência de alguns gestores, mas também mencionou os avanços e a emoção de gestores e alunos que se sentiram valorizados com o acesso à cultura popular. Ela finalizou enfatizando a necessidade de apoio e unidade na luta pela valorização da cultura popular. **Maria Elizabeth Santiago** discutiu os desafios enfrentados ao tentar inserir a cultura popular nas escolas, destacando a resistência de diretores e coordenadores pedagógicos, que muitas vezes não reconhecem a importância da cultura popular. Ela mencionou a falta de valorização da cultura, associando isso ao racismo estrutural, e ressaltou a necessidade de criar mudanças de dentro para fora. Propôs uma provocação para fortalecer a agenda do carnaval e tornar o patrimônio mais visível e protagonista, sugerindo a criação de ações como projeções ou debates, especialmente na região metropolitana de Recife. Ela enfatizou a importância da comunicação, defendendo a criação de canais como o Instagram para divulgar os patrimônios vivos, sugerindo a inclusão dessa ação no Grupo de Trabalho de Comunicação. Maria Elizabeth também criticou a falta de suporte financeiro e programas de saúde para os mestres da cultura popular, propondo a necessidade de políticas públicas que valorizem e protejam esses patrimônios vivos de Pernambuco. **Harlan Gadêlha** sugeriu a criação de um grupo de



522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

trabalho, em colaboração com a Fundarpe e a Secult, para pensar em políticas públicas estaduais que atendam às necessidades dos patrimônios vivos de Pernambuco, além do apoio financeiro. Ele propôs a elaboração de uma legislação que assegurasse os direitos e o apoio necessários para a cultura popular e os patrimônios vivos. Destacou a importância de garantir a presença de patrimônios vivos nas escolas e criticou a proibição imposta por algumas instituições, lembrando que a propriedade estadual tem uma função social de apoiar, não de impedir. Harlan reforçou a necessidade de instrumentos legais que garantam maior visibilidade e amparo aos patrimônios vivos, assim como ocorre em outros estados. Ele concluiu sugerindo que se criasse uma legislação estadual para a cultura popular e para os patrimônios vivos. **Maria Teresa** expressou sua admiração por Mãe Beth, destacando sua capacidade de transmitir sentimentos e vivências. Ela compreendeu que a sociedade burguesa impedia a inserção da cultura popular nas escolas e que o Conselho de Olinda não tomava decisões em prol da população, mas sim do poder. Refletiu que essa situação não era recente, mas consequência de um sistema consolidado desde o golpe militar de 1968. Observou que o país carecia de líderes com ações concretas, sendo dominado apenas por narrativas. Assim, considerou legítima a reivindicação de Mãe Beth pela retomada da cidadania, acima das identidades individuais. Maria Teresa revelou ter ligado para Renata na semana anterior para discutir o sentimento de impotência ao participar do Conselho e, às vezes, até do Governo. Durante a ligação, soube que Mãe Beth estava na Fundarpe com Carla discutindo o início do carnaval de Olinda, reconhecendo a importância desse grupo na luta pela cidadania e pela transformação social. Ela enfatizou que mudar a realidade era um desafio coletivo e que todos estavam juntos nesse propósito. Questionou se os próprios Patrimônios Vivos conheciam seus pares, apontando essa lacuna como algo passível de correção. Defendeu que, em vez de interromper o programa de Patrimônio Vivo, deveriam qualificar sua relação com ele, seja por uma política exclusiva ou conjunta. Maria Teresa considerou fundamental a moção e incentivou o compromisso real com a causa. Propôs a colaboração com a Fundarpe e os Pontos de Cultura para modificar a situação, confiando na disposição das pessoas envolvidas. Concluiu apoiando a moção para que o carnaval de Olinda fosse iniciado com os Patrimônios Vivos e manifestou seu desejo de integrar o grupo de trabalho sobre o tema, ao lado de outra companheira, para fortalecer a proposta. **Cacau de Paula** agradeceu a Teresa e destacou as ações voltadas para a cultura popular, que se estendiam ao longo de todo o calendário. Ressaltou que essa valorização era uma diretriz constantemente reforçada pela governadora e influenciava diversas áreas do governo. Como exemplo, mencionou a criação do programa "Perambulando", pela Secretaria de Turismo, inspirado nos cortejos brincantes da cultura popular. Explicou que, atualmente, todos os domingos no Bairro do Recife, essa iniciativa promovia apresentações culturais para recepcionar turistas e envolver os recifenses. Concluiu enfatizando que essa valorização da cultura popular permeava todas as ações do governo estadual naquele momento. **Ana Barbosa** destacou a importância de descentralizar as ações e levar as demandas culturais aos municípios. Ressaltou que, embora o Conselho não pudesse influenciar diretamente as prefeituras, a conscientização local permitiria que a sociedade se empoderasse e reconhecesse seu



522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

papel ativo, sem depender exclusivamente do governo. Comparou essa responsabilidade com a preservação do patrimônio histórico, argumentando que a população deveria buscar os fundos de fomento disponíveis em vez de apenas esperar por iniciativas governamentais. Enfatizou que os municípios precisavam conhecer e valorizar sua própria cultura, pois, muitas vezes, os gestores locais desconheciam aspectos essenciais do patrimônio e das tradições regionais. Definiu como desafio articular a sociedade civil com os agentes locais para fortalecer essa conscientização de dentro para fora, alinhando-se às políticas públicas e à legislação vigente. Defendeu a criação do grupo de trabalho de educação, uma demanda herdada da gestão anterior, para estabelecer um vínculo permanente com a Secretaria de Educação. Explicou que essa articulação evitaria ações pontuais e garantiria a inserção da cultura e do patrimônio no ensino formal. Citou a deputada Rosa Amorim, que, no ano anterior, apresentou virtualmente ao Conselho sua lei sobre educação patrimonial nas escolas, reforçando a importância desse tema. Sugeriu que, mesmo sem cadeira fixa no Conselho, a Secretaria de Educação participasse regularmente como convidada, permitindo maior interação e compreensão das necessidades do setor cultural. Por fim, propôs que, até a próxima reunião, fossem formados os grupos de trabalho, permitindo que cada participante escolhesse uma área de atuação específica, como patrimônio vivo ou comunicação, para direcionar melhor os esforços e contribuições. **Augusto Ferrer** expressou dúvida sobre a natureza do documento proposto por Mãe Beth, questionando se se tratava de uma recomendação ou uma moção do Conselho. Mencionou que apenas havia ouvido sobre o documento, sem lê-lo, e buscou esclarecer se a moção tinha o objetivo de alertar o Estado sobre a necessidade de maior visibilidade para os patrimônios vivos, especialmente no que dizia respeito ao mapeamento de imagens. Diante da incerteza, sugeriu uma nova leitura do texto, a menos que fosse necessário revisá-lo ou redigi-lo novamente para garantir maior clareza e formalidade. Aproveitou a oportunidade para mencionar a possibilidade de agendar uma reunião com a Fundarpe, destinada aos interessados em integrar o grupo de monitoramento de bens acautelados. Sugeriu que, independentemente da oficialização desses participantes no Diário Oficial, fosse feita uma revisão das ações em andamento, relembrando um trabalho realizado dois anos antes. Finalizou colocando-se à disposição para colaborar com o processo. **Edmilson Cordeiro** lembrou uma questão discutida em reunião anterior sobre as dificuldades que os Patrimônios Vivos enfrentavam para acessar as escolas devido a impedimentos. Mencionou que esses mestres, ao receberem a remuneração, não estavam se aposentando, mas sim assumindo a responsabilidade de repassar seus saberes e fazeres. Destacou a importância da educação patrimonial e defendeu que sua implementação deveria ser uma política de Estado, garantindo sua continuidade permanente nas escolas, em vez de um simples programa de governo. Enfatizou o papel essencial da educação patrimonial na preservação cultural e citou como exemplo o Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda, no qual a Secretaria de Educação possuía um assento. Recordou que, quando foi criado o Sistema Municipal de Preservação, a Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda surgiu vinculada à Secretaria de Educação, inicialmente como uma fundação da administração indireta. Sugeriu que essa reflexão fosse levada em consideração e considerou fundamental que a Secretaria de



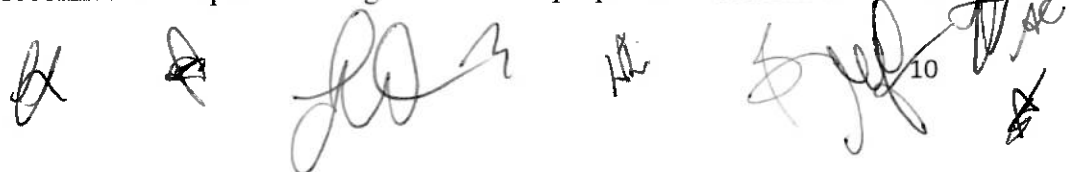
522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Educação participasse ativamente do Conselho, fortalecendo a integração entre preservação do patrimônio e ensino. **Ana Barbosa** retomou a parte dos informes e explicou sobre a recomendação para registro, mencionando que, além da mariscada, outros pratos tradicionais faziam parte da cultura de Goiana, especialmente na região ribeirinha. Registrou que essa iniciativa estava nos primeiros passos e já havia sido divulgada no perfil da Secult. Destacou a necessidade de amadurecer a questão da comunicação do Conselho, questionou se seria necessário criar uma conta separada ou se as informações continuariam sendo compartilhadas no perfil da Secretaria. Finalizou ressaltando a importância de discutir essa proposta e registrá-la para futuras deliberações. **Cristiane Feitosa** complementou as informações sobre a mariscada, explicando que, na ausência do gerente de patrimônio imaterial, poderia informar que a equipe esteve presente no processo. Sugeriu a preparação de uma apresentação para atualizar o andamento dos processos de tombamento e registro, como forma de fortalecer esses trabalhos. Mencionou que a diretoria buscava envolver a sociedade civil, os entes públicos municipais e os grupos detentores do patrimônio, uma abordagem já consolidada no patrimônio imaterial. Destacou que, nos últimos anos, esse envolvimento também vinha sendo ampliado nos tombamentos. Sinalizou a possibilidade de preparar uma apresentação detalhada sobre o planejamento do ano, incluindo materiais já desenvolvidos, permitindo um acompanhamento mais efetivo ao longo do período. **Maria Elizabeth Santiago** informou que recebeu, em seu Ponto de Cultura, uma visita técnica do grupo responsável pelo Inventário Nacional de Referência Cultural, que busca reconhecer o Carnaval Popular de Olinda como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Explicou que a equipe, composta por representantes do IPHAN e da Fundarpe, estava coletando dados, elaborando o dossiê e produzindo um vídeo com depoimentos de personalidades, troças, blocos e outras expressões culturais importantes da cidade. Mencionou que o trabalho envolvia entrevistas com Patrimônios Vivos e grupos de referência, como o Homem da Meia-Noite e o Cariri, com o objetivo de estruturar o dossiê e consolidar o reconhecimento oficial do Carnaval de Rua de Olinda como patrimônio imaterial do país. **Edmilson Cordeiro** complementou o informe de Mãe Beth ao relembrar que, há nove anos, a Sodeca, sob sua coordenação, levou um documento ao IPHAN Nacional durante um encontro de Cidades Patrimônio da Humanidade em Brasília. O documento solicitava o registro do Carnaval de Olinda como patrimônio imaterial, visando criar mecanismos de salvaguarda para a festa, que já enfrentava um processo de desgaste. Mencionou que, em reunião recente da Sodeca, percebeu-se que a prefeitura prometia medidas para o Carnaval de 2026, incluindo a revisão da proliferação de camarotes, considerada inadequada dentro do setor monumental e residencial tombado. Destacou que a questão já havia sido levada ao Ministério Público, mas reforçou que a principal reivindicação era a aplicação da lei vigente, que regulamenta o uso do espaço público, impedindo o comércio ambulante em determinadas áreas e a criação de focos não oficiais de animação. Lembrou que, na época do pedido de registro, a Fundarpe apoiou a iniciativa e chegou a organizar reuniões entre Sodeca e Prefeitura. No entanto, a Prefeitura perdeu o interesse sem justificativa, e o processo estagnou devido à ausência de um inventário formal, cujo custo elevado impediu seu avanço. Ressaltou que a retomada desse pedido



522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

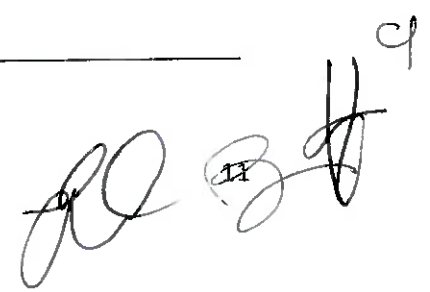


poderia ser viabilizada pelo governo do estado e demonstrou interesse em conhecer o grupo atualmente envolvido na iniciativa, já que até então não havia sido informado sobre a nova movimentação. Finalizou destacando que o Carnaval de Olinda possui apenas uma referência bibliográfica antiga, o livro de Ataíde. **Renata Borba** destacou que Pernambuco era o estado com o maior número de patrimônios imateriais, atribuindo esse resultado ao financiamento do Funcultura. Ressaltou que grande parte dos processos de registro teve origem em pesquisas financiadas por esse recurso, reforçando a importância de sua valorização. Mencionou ainda que houve um pedido de registro em nível nacional e questionou se o IPHAN já havia iniciado o processo. Explicou que a pesquisa para esse registro estava sendo conduzida por meio do Funcultura e que isso poderia levar a uma proteção cautelar em nível federal. **Harlan Gadêlha** fez dois registros nos informes. Primeiro, mencionou uma conversa com Sidney Rocha sobre o tombamento do arquivo do DOPS pela Fundarpe. Foi esclarecido que o acervo da Comissão da Verdade já estava tombado, assim como os arquivos das cadeias públicas, mas o DOPS ainda não. Ele solicitou que o conselho verificasse essa informação oficialmente. No segundo informe, comunicou que o Instituto Histórico de Goiana recebeu um pedido do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para identificar locais onde houve tráfico de escravizados. Após levantamento documental, informou que Goiana possuía três locais de desembarque: Barra de Catuama, Atapuz e Povoação de São Lourenço, pelo Canal Goiana. O Brasil estava mapeando cem locais para receber placas indicativas desse histórico. **Cacau de Paula** retomou o ponto levantado por Augusto sobre a moção, esclarecendo que o documento estava escrito como uma recomendação, mas com caráter de alerta. Destacou dois pontos principais: a criação de um polo no carnaval com a presença e protagonismo dos patrimônios vivos de Pernambuco, como política pública de valorização da cultura, e o uso da técnica de *videomapping* em superfícies para divulgar esses patrimônios. Ela interpretou o documento como uma recomendação e sugeriu que a proposta também fosse considerada para a Semana do Patrimônio, como forma de incentivar a apropriação da população sobre o tema. Além disso, afirmou que a comissão poderia deliberar sobre o assunto, reforçando que, caso não fosse viável para o próximo carnaval, a iniciativa poderia ser planejada para o seguinte. **Renata Borba** destacou as ações realizadas em 2024, abrangendo 11 regiões de desenvolvimento do estado, com grande adesão das escolas públicas. Foram promovidas duas exposições: uma sobre o patrimônio de Pernambuco e outra sobre os 50 anos da Fundarpe, com o objetivo de valorizar a instituição como órgão de preservação. Ela mencionou a atualização dos jogos do patrimônio, incluindo todos os patrimônios vivos, e enfatizou a importância de ampliar a divulgação dessas iniciativas, pois muitas pessoas desconhecem o trabalho realizado. As exposições, desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Educação, contaram com apoio logístico e a participação de alunos de cidades vizinhas. Renata sugeriu apresentar os resultados dessas ações no Conselho e informou que já estão em diálogo com a Secretaria de Educação para dar continuidade ao projeto em 2025. **Teresa Duere** enfatizou a importância de fortalecer a identidade cultural local, mencionando uma frase que ouviu sobre a valorização do pertencimento. Para ela, os cidadãos de diferentes cidades devem reconhecer e expressar o orgulho de suas próprias referências culturais,



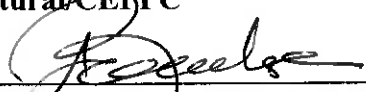
522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

como Tracunhaém e Bezerros. Ela destacou que não cabe a terceiros levar essa valorização às comunidades, mas sim, à própria população afirmar sua identidade e reconhecer figuras emblemáticas de sua história. Como exemplo, mencionou uma imagem de Seu Nuca, utilizada pelo Banco Real, contrastando com sua realidade no fim da vida. Para **Teresa Duere**, a valorização deve partir dos próprios moradores, reafirmando a memória e o legado de suas personalidades locais. **Maria Elizabeth Santiago** destacou a importância de democratizar o acesso e a visibilidade dos patrimônios vivos durante a Semana do Patrimônio, considerando-a uma ótima oportunidade para isso. Ela enfatizou que, além disso, seria relevante pensar no potencial do Carnaval, uma grande festa cultural que atrai milhares de pessoas, para projetar essas figuras e histórias locais, como J. Borges, Mãe Beth e Dona Lia, a um público muito maior. Maria sugeriu que, ao aproveitar o movimento da festa, seria possível dar visibilidade a esses ícones da cultura pernambucana, destacando a importância de pensar em como tornar essas pessoas e suas histórias mais conhecidas, especialmente em Olinda, um centro de grande circulação durante o evento. **Augusto Ferrer** considerou o texto confuso em relação à manifestação do Conselho e sugeriu uma recomendação no sentido de que, com base nas ações já existentes da Fundarpe para promover a cultura popular e os patrimônios vivos, o Estado de Pernambuco aprofundasse essas iniciativas. Ele propôs que, no período carnavalesco, essas ações fossem potencializadas, levando em conta a grande importância da festa. Ferrer também defendeu que os patrimônios vivos fossem tratados com mais cuidado na divulgação e que a divulgação utilizasse novas tecnologias, como o *videomapping*, ao invés de se limitar a materiais tradicionais. Ele sugeriu que essas ações se tornassem uma política de Estado, e não apenas uma gestão pontual. **Maria Elizabeth Santiago** ressaltou o direcionamento de sua proposta, destacando que em Olinda, durante o carnaval, há uma caminhada com alguns patrimônios, mas que a realidade dos blocos geralmente não muda. Ela mencionou que, apesar de ser uma festa importante e referência no país, a cidade ainda vive uma situação em que a celebração não reflete a valorização plena desses patrimônios. Ela sugeriu que no carnaval, ou até mesmo na semana do patrimônio, São João ou Natal, deveria ser uma oportunidade para fortalecer e projetar o patrimônio cultural da cidade, enfatizando a importância dessa grande festa e a possibilidade de aproveitar esse momento de celebração para dar visibilidade aos patrimônios vivos. **Cacau de Paula** questionou o plenário sobre a aprovação do texto apresentado por Maria Elizabeth Santiago. Por unanimidade, o texto foi aprovado como uma Moção de recomendação, e o encaminhamento foi decidido. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

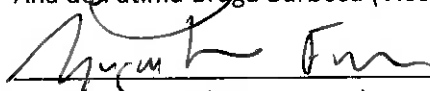

Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)


Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista (Presidente)

522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEBPC

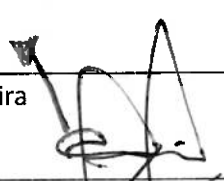


Ana de Fátima Braga Barbosa (Vice presidente)

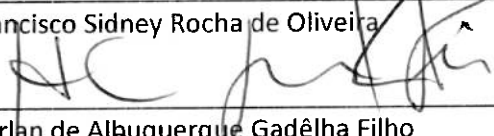


Augusto Ferrer de Castro Melo

Cláudio Brandão de Oliveira



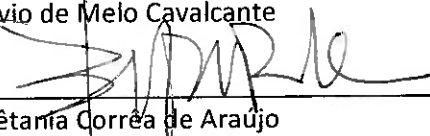
Francisco Sidney Rocha de Oliveira



Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho

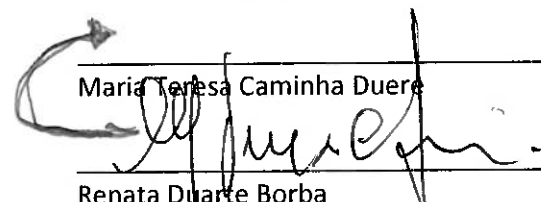


Luiz Otávio de Melo Cavalcante

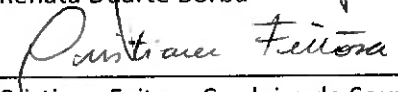


Maria Bêtaníia Corrêa de Araújo

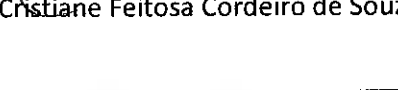
Maria Elizabeth Santiago de Oliveira



Maria Teresa Caminha Duere



Renata Duarte Borba

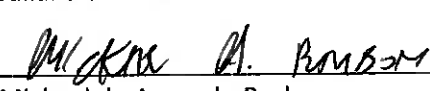


Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza

Edmilson Cordeiro dos Santos

Henrique Luiz de Lucena Souza

Juliana Santa Cruz Souza



Mickael de Azevedo Barbosa

522ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Rinaldo Carvalho Barbosa